

RELATÓRIO DO EXERCÍCIO 2017



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	06
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO SICOOB CREDIJUR	08
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	18
RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	42
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	46
EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....	48

DIRETORIA EXECUTIVA 2015/2019

Felícissimo Sena - Diretor Presidente
Érico Rafael Fleury de Campos Curado - Diretor Administrativo
João Bezerra Cavalcante - Diretor Operacional

CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO 2015/2019

Felícissimo Sena - Presidente
Érico Rafael Fleury de Campos Curado - 1º Vice-Presidente
João Bezerra Cavalcante - 2º Vice-Presidente
Absahy Alves de Mendonça
Alexandre Lunes Machado
Andréa Terezinha Maia Pereira
Divino Antônio de Deus
Masayuki Missao
Miguel Ângelo Sampaio Cançado

CONSELHEIROS FISCAIS 2016/2019

Natal Rodrigues Pinto - Coordenador
Luiz Antônio da Cunha Cerqueira - Secretário
Antônio Leite Pereira
Vigilato Porto Silvério

GERENTE

Valcir Franco Honostório

SUBGERENTE

Nairana de Sousa Silva Cerqueira

GERENTE DA AGÊNCIA SANTO IVO

Leandro Pires Pereira

GERENTE ADMINISTRATIVO/CONTÁBIL

Roberto Gomes da Silva

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Gilmê Fernandes

AGENTE DE CONTROLE INTERNO E RISCO

Adeliane Fernandes Borges Inácio

JORNALISTA

Aline da Cruz Santos

PRODUÇÃO

Departamento de Marketing SICOOB CREDIJUR

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Cleiton Nino

APRESENTAÇÃO

O projeto começou em abril de 1997 - quando pouco se ouvia falar em Cooperativismo de Crédito em Goiás. Depois de conhecer a experiência de um amigo, à frente de uma Cooperativa Financeira, Dr. Manoel Januário Ferreira, o idealizador do **SICOOB CREDIJUR**, Felicíssimo Sena, se interessou pelo modelo, estudou muito sobre o tema, conheceu outros casos de sucesso no Estado e começou a conversar com diversos colegas de profissão que também se entusiasmaram com a proposta.

Felicíssimo mostrou aos colegas advogados que o dinheiro consumido pelo limite do cheque especial e pelo custo rotativo do cartão de crédito, dentre tantas outras altas taxas cobradas pelos bancos convencionais, poderia ser melhor investido. E, considerando a credibilidade já conquistada na advocacia goiana, obteve atenção para o assunto.

Já em março de 1998 a ideia saiu do papel e o Banco Central do Brasil autorizou o início das operações da Cooperativa de Crédito dos Advogados de Goiás. O próximo passo foi recrutar uma equipe técnica preparada para fazer a Cooperativa operar e crescer. Ao mesmo tempo, Felicíssimo Sena cuidou pessoalmente da tarefa de alcançar o quadro social mínimo de 200 cooperados para o início das atividades - o que foi conquistado em 1º de julho de 1998, depois de falar com muitos advogados, categoria profissional que compõe o quadro social da Cooperativa.

Desde o primeiro depositante na Cooperativa, Dr. Cleomar Loyola, ex Presidente da OAB-GO, muitos desafios - típicos de negócios inovadores - tiveram que ser superados para fazer o **SICOOB CREDIJUR** crescer e dar resultados positivos. O sucesso foi alcançado, na medida em que os associados perceberam as vantagens e as divulgaram entre seus pares. Para começar, a cobrança mensal de manutenção da conta não existe na Cooperativa. Primeira economia! Além disso, a taxa do cheque especial no **SICOOB CREDIJUR** corresponde a um terço do que normalmente é cobrado nos bancos convencionais e a taxa do crédito rotativo no cartão de crédito é 50% menor! E quando o assunto é empréstimo, a taxa praticada chega à metade dos juros que seriam cobrados no banco tradicional.

Mas as diferenças não param por aí! Com o atendimento personalizado oferecido no **SICOOB CREDIJUR**, o advogado, seu cônjuge, seus familiares e suas empresas recebem a orientação necessária para organizar suas finanças e começar a investir em plano que possa lhe render uma aposentadoria tranquila. As inovações tecnológicas também chegaram à Cooperativa! Os associados podem acompanhar todas as suas movimentações financeiras pelos meios digitais oferecidos tanto no computador, pelo SicoobNet Pessoal, como por aplicativos no smartphone, o SicoobNet.

Hoje, os 2.468 cooperados do **SICOOB CREDIJUR**, desfrutam destes e de outros benefícios, graças ao empenho e trabalho dos que compraram a ideia logo no seu início. E a prova de que estas vantagens são reais, é o próprio aumento do quadro social, que cresceu 36,28%, no último ano, considerando os 1.811 cooperados do exercício anterior (31/12/2016).

E, corroborando o papel social ao qual se propõe, o **SICOOB CREDIJUR**, ainda presta assistência técnica, educacional e social para os associados, seus familiares e empregados, por meio do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social-FATES. Foi investido neste fundo o montante de R\$ 315.842, no exercício de 2017. O valor corresponde ao reembolso de bolsas de estudo de nível superior, em especializações na área do Direito, em cursos de línguas e em cursos da Escola Superior de Advocacia-ESA/GO, bem como em treinamentos dos Diretores, Conselheiros e Colaboradores.

São justamente esses diferenciais que permitem que a Cooperativa experimente um consistente progresso. Mesmo com o cenário de crise ainda prevalecendo em 2017, o **SICOOB CREDIJUR** apresentou a maior sobra anual de sua história, registrando o total de R\$ 5.547.710. E a parte melhor é saber que esse valor, que nos bancos é chamado de lucro, é totalmente revertido em favor dos próprios associados. Ou seja, recebemos taxas mais justas e ainda dividimos o resultado positivo!

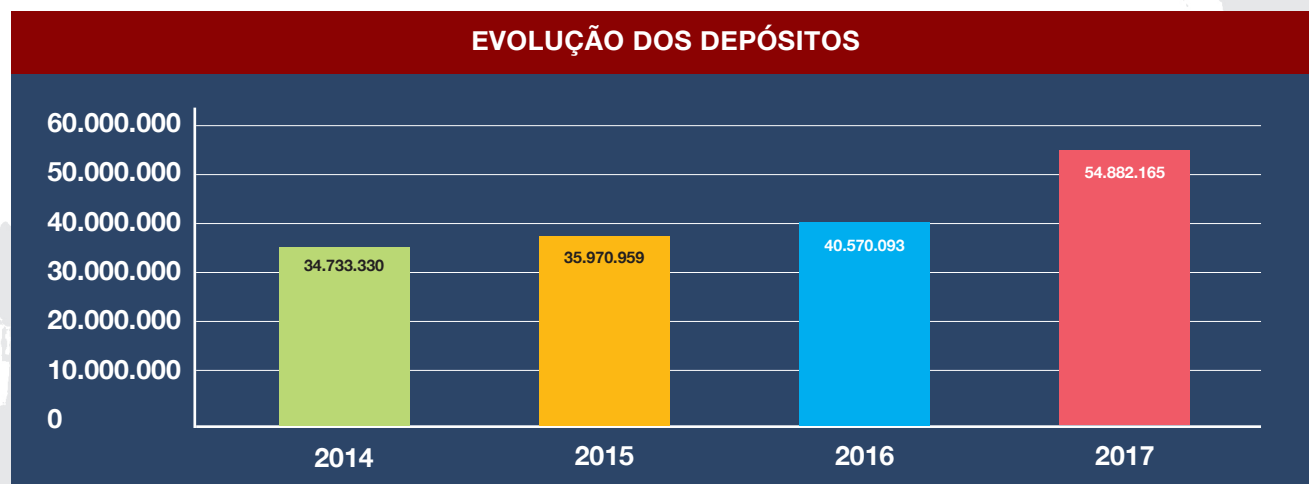
A Cooperativa também apresentou um crescimento de 27,70% no total de ativos, o qual era de R\$ 70.977.432, no início do exercício, pois encerrou o último exercício com R\$ 90.639.595. Mais detalhes sobre os resultados extraordinários do exercício/2017 - que resulta do trabalho sério conjuntamente realizado pela **Diretoria, Conselhos, Funcionários e Cooperados** - com fortes agradecimentos a esses últimos que nos depositaram confiança para gerir seus recursos financeiros - cujos resultados podem ser acompanhados nas páginas que seguem.

Boa leitura!

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO SICOOB CREDIJUR NO EXERCÍCIO DE 2017

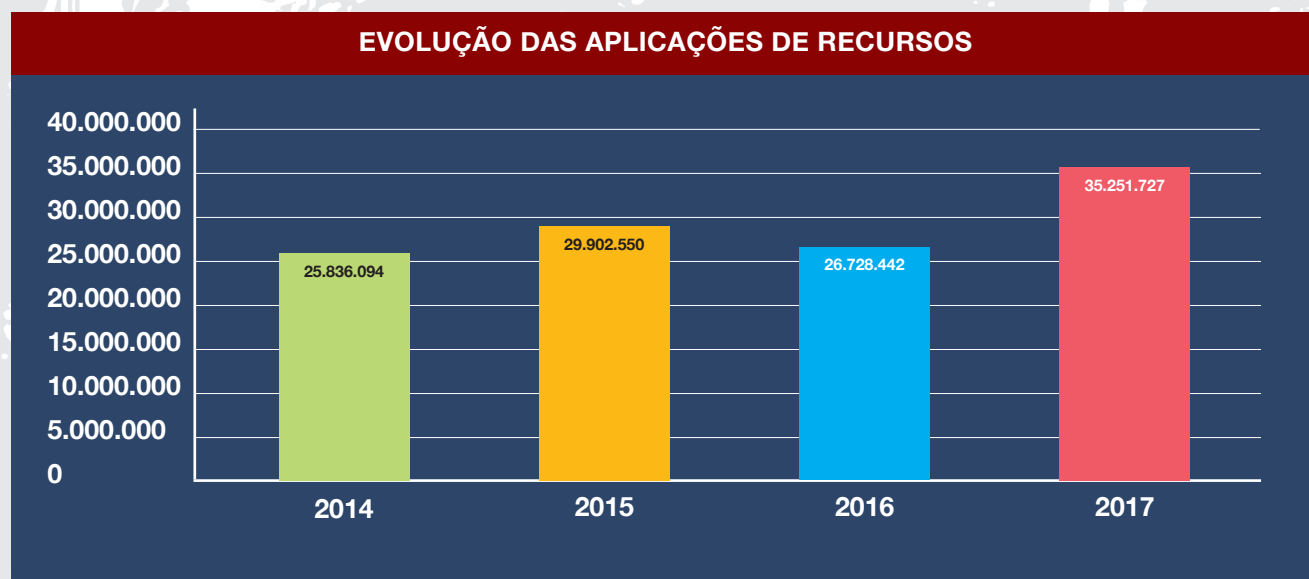
CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Os depósitos à vista e a prazo somaram R\$ 54.882.165, no final do exercício de 2017, apresentando um aumento de 35,28% em relação ao saldo de 31/12/2016, que registrou R\$ 40.570.093.



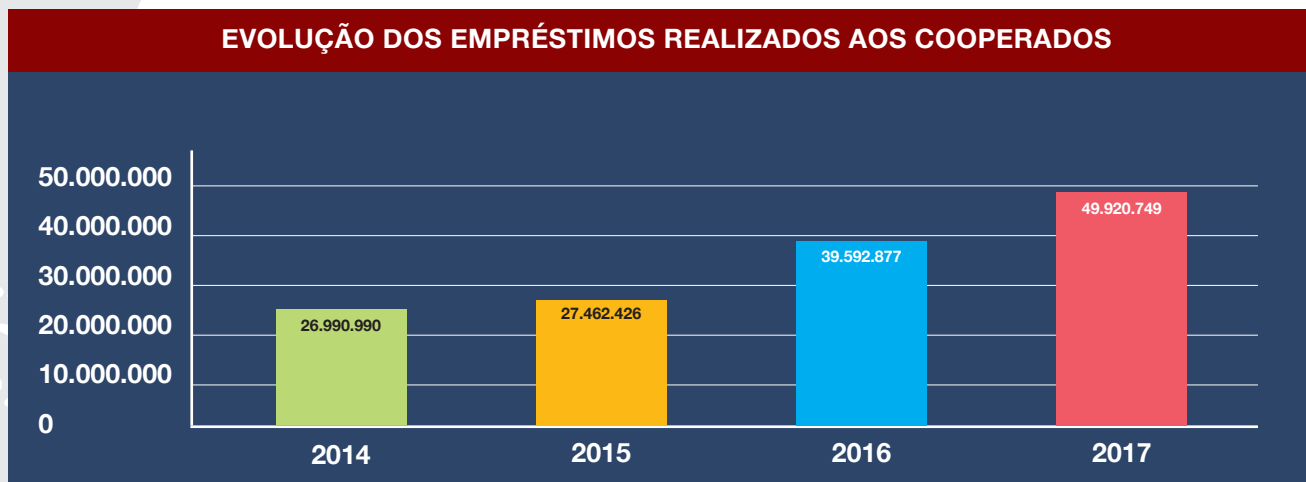
APLICAÇÃO DE RECURSOS

Os ativos financeiros aplicados junto ao Sicoob Goiás Central em 31/12/2016 somaram R\$ 26.728.442. Já em 31/12/2017 o total subiu para R\$ 35.251.727, apresentando acréscimo de 31,89% no período.



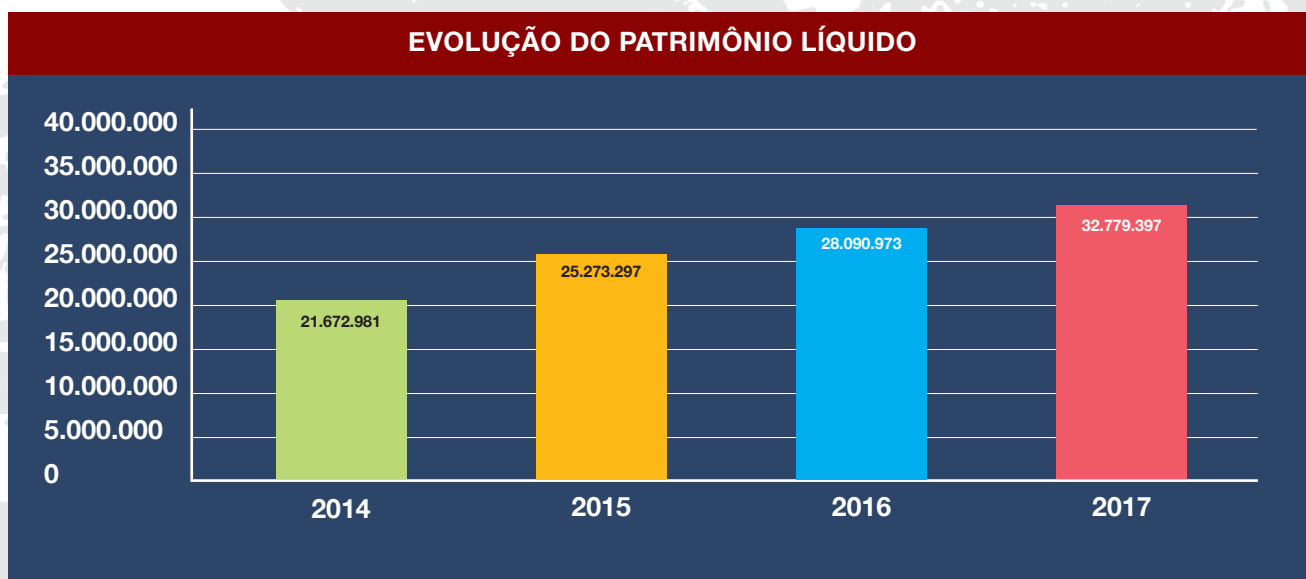
OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O montante emprestado aos associados do **SICOOB CREDIJUR** em 31/12/2016 totalizou R\$ 39.592.877. No final do exercício de 2017, esse saldo passou para R\$ 49.920.749, registrando um incremento de 26,09%.

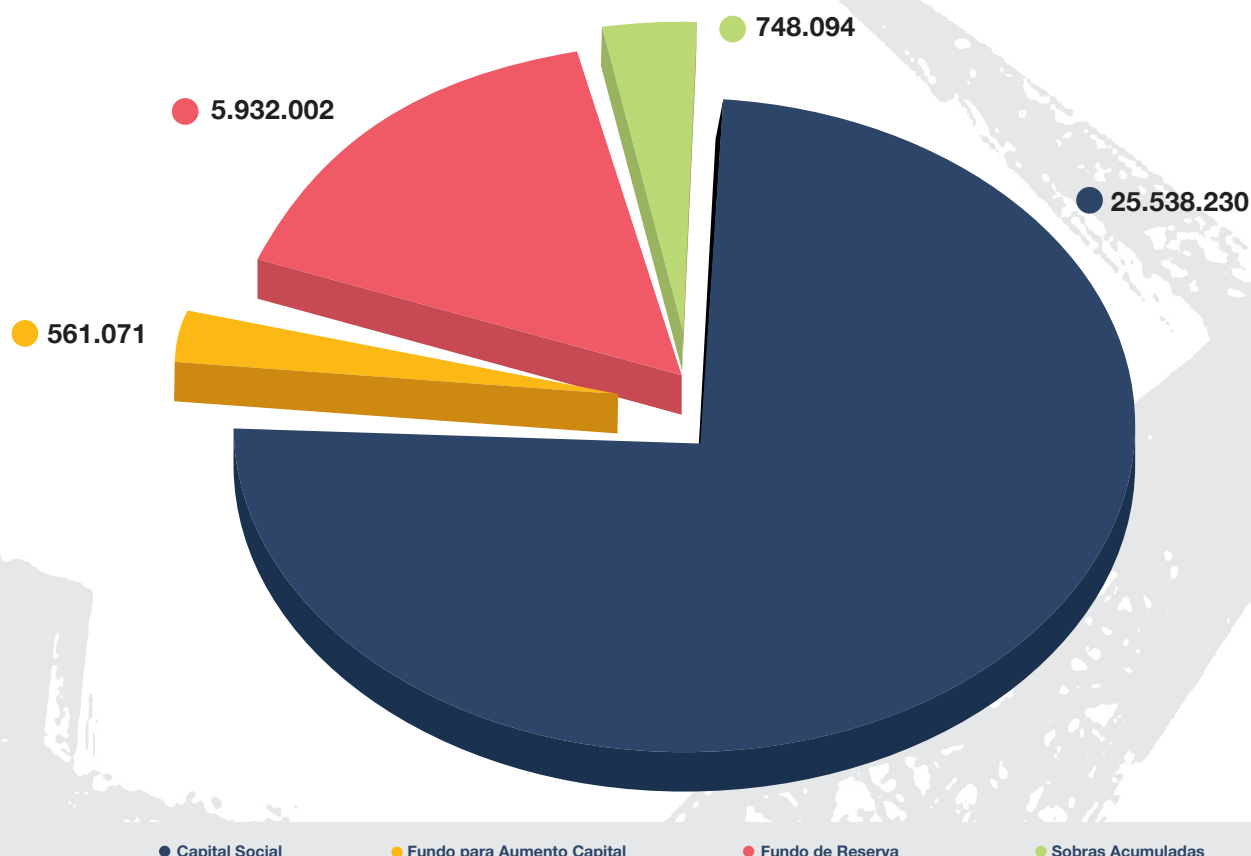


PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do **SICOOB CREDIJUR** em 31/12/2016 estava em R\$ 28.090.973 e em 31/12/2017 somava R\$ 32.779.397 - aumento de 16,69%, demonstrando solidez de crescimento e segurança nos negócios.



COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Total do PL R\$ 32.779.397

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2017 alcançamos a considerável cifra de R\$ 5.547.710 em sobras - que é o resultado positivo alcançado no decorrer do último exercício pela Cooperativa. As sobras equivalem ao que é denominado lucro nas instituições bancárias convencionais ou por qualquer outra empresa.

Cumpramos ressaltar que tal quantia já considera o ajuste dos juros pagos ao Capital Social, na importância de R\$ 1.736.424, e o resultado supera em 58,51% a meta inicial para o exercício de 2017 - tendo em vista que, na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 07/04/2017, foi projetada a quantia de R\$ 3.500.000 como sobras.

A referida Assembleia é realizada anualmente para que os cooperados analisem as contas e definam, democraticamente, as metas a serem alcançadas pela Cooperativa, conforme determina a Lei 5.764/71, que regula o cooperativismo no Brasil.

RECURSOS HUMANOS

A Diretoria e o Conselho de Administração do **SICOOB CREDIJUR** dirigem especial atenção à manutenção da qualidade no atendimento e da agilidade nos serviços prestados aos associados. Com este objetivo, a Cooperativa investe continuamente no treinamento e na qualidade de vida de seu quadro técnico, visando assegurar o padrão operacional para melhor atender, bem como a atualização dos conhecimentos relativos às novas práticas e demandas do mercado financeiro.

Um ponto que reforça essa prática é a ausência de qualquer ação trabalhista contra **SICOOB CREDIJUR**. Avizinha-se o vigésimo aniversário da Cooperativa e, nessas quase duas décadas de funcionamento, tivemos um considerável número de funcionários. Porém nenhum deles apresentou qualquer queixa jurídica. Tal fato assegura que cumprimos com todas obrigações trabalhistas, reforçando nosso papel social junto a nossa comunidade.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Felicíssimo Sena - Presidente
Érico Rafael Fleury de Campos Curado - 1º Vice-Presidente
João Bezerra Cavalcante - 2º Vice-Presidente
Absahy Alves de Mendonça
Alexandre Iunes Machado
Andréa Terezinha Maia Pereira
Divino Antônio de Deus
Masayuki Missao
Miguel Ângelo Sampaio Cançado

DIRETORIA EXECUTIVA

Felicíssimo Sena - Diretor Presidente
Érico Rafael Fleury de Campos Curado - Diretor Administrativo
João Bezerra Cavalcante - Diretor Operacional

AGRADECIMENTOS

Aos nossos associados, nosso sincero agradecimento. Sem cada um dos cooperados, tudo o que foi construído em 2017 e em toda a história da cooperativa não seria possível. Agradecemos ainda a vigilância e o cuidado do Conselho Fiscal, que não se omitiu em cuidar da saúde de nossas contas e, portanto, compartilha do nosso sucesso. Ao Quadro Técnico da Cooperativa nosso reconhecimento pelo empenho constante para nos ajudar a alcançar resultados cada vez mais positivos. Ao Sicoob Goiás Central, nosso respeito pelo apoio às demandas da Cooperativa e pela eficiente atuação nas questões de interesse institucional. À OCB/SESCOOP-GO nosso agradecimento pela representatividade e liderança junto ao segmento cooperativista brasileiro.

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL LEVANTADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

ATIVO	DEZ 2017	DEZ 2016
CIRCULANTE	60.932.064	47.125.044
DISPONIBILIDADES (NOTA 4)	541.541	450.136
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 5)	35.251.727	26.728.442
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA-COOPERATIVAS	35.251.727	26.728.442
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6)	24.900.394	19.343.024
EMPRÉSTIMOS	18.633.126	13.220.527
TÍTULOS DESCONTADOS	6.289.764	4.844.418
FINANCIAMENTOS	3.442.882	3.943.074
(-)PROVISÃO PARA CLD	(3.465.378)	(2.664.995)
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 7)	222.980	593.489
AVAIS E FIANÇAS HONRADOS	210.745	106.881
RENDAS A RECEBER	13.469	12.123
DIVERSOS	133.839	564.205
(-)PROVISÃO PARA OUTROS CRÉDITOS	(135.073)	(89.720)
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 8)	15.422	9.953
MATERIAL EM ESTOQUE	651	0
DESPESAS ANTECIPADAS	14.771	9.953
NÃO CIRCULANTE	29.707.531	23.852.390
REALIZÁVEL LONGO PRAZO	19.704.852	15.959.806
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6)	19.704.852	15.959.806
EMPRÉSTIMOS	18.312.431	13.990.568
FINANCIAMENTOS	3.242.546	3.594.290
(-)PROVISÃO PARA CLD	(1.850.125)	(1.625.052)
INVESTIMENTOS (NOTA 9)	8.367.235	7.492.309
AÇÕES E COTAS	8.367.235	7.492.309
IMOBILIZADO (NOTA 10)	1.629.777	390.608
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	835.891	0
IMÓVEIS DE USO	409.995	409.995
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	959.044	543.908
(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(575.153)	(563.295)
INTANGÍVEL (NOTA 11)	5.667	9.667
ATIVOS INTANGÍVEIS	40.000	40.000
(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(34.333)	(30.333)
TOTAL DO ATIVO	90.639.595	70.977.434

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL LEVANTADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	DEZ 2017	DEZ 2016
CIRCULANTE	57.860.198	42.886.461
DEPÓSITOS (NOTA 12)	54.882.165	40.570.093
DEPÓSITOS À VISTA	18.408.149	9.229.622
DEPÓSITOS SOB AVISO	891.378	1.004.743
DEPÓSITOS A PRAZO	35.582.638	30.335.728
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS (NOTA 13)	650.045	771.404
RECURSOS EM TRÂNSITO TERCEIROS	650.045	771.404
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14)	2.327.988	1.544.964
COBRANÇA E ARREC.TRIB. E ASSEMELHADOS	41.341	5.180
SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS (NOTA 14-a)	1.085.430	591.756
FISCAIS E PREVIDENCIARIAS (NOTA 14-b)	220.665	201.638
DIVERSAS (NOTA 14-c)	980.552	746.390
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 16)	32.779.397	28.090.973
CAPITAL (NOTA 16-a)	25.538.230	23.247.002
DE DOMICILIADOS NO PAÍS	25.538.230	23.247.002
RESERVA LEGAL	5.932.002	4.061.767
RESERVA ESTATUTÁRIA	561.071	434.558
SOBRAS/PERDAS ACUMULADAS	748.094	347.646
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90.639.595	70.977.434

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 E 31/12/2016 (em R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2º SEMESTRE 2017	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.359.747	13.993.510	9.989.963
Operações de Crédito (NOTA 18)	7.359.747	13.993.510	9.989.963
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.925.920)	(6.419.130)	(7.191.867)
Operações de Captação no Mercado	(1.346.816)	(3.171.459)	(3.625.062)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	0	0	(2.305)
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	(1.579.104)	(3.247.671)	(3.564.500)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.433.827	7.574.380	2.798.096
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(1.687.860)	(2.297.044)	(164.893)
Receitas de Prestação de Serviços	389.464	729.881	465.588
Receitas de Tarifas Bancárias	286.000	521.489	380.752
Despesas de Pessoal	(2.308.082)	(4.111.051)	(3.166.514)
Outras Despesas Administrativas	(1.421.311)	(2.884.191)	(2.506.362)
Despesas Tributárias	(23.829)	(46.869)	(43.922)
Outras Receitas Operacionais (NOTA 19)	1.747.137	4.091.556	4.999.521
Outras Despesas Operacionais (NOTA 20)	(357.239)	(597.859)	(293.956)
RESULTADO OPERACIONAL	2.745.967	5.277.336	2.633.203
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (NOTA 21)	0	0	21.917
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ AS SOBRAS E PARTICIPAÇÕES	2.745.967	5.277.336	2.655.120
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(12.466)	(45.467)	(36.413)
SOBRAS LÍQUIDAS (PERDAS LÍQUIDAS) (NOTA 16-e)	2.733.501	5.231.869	2.618.707
Juros Sobre o Capital Próprio (NOTA 17)	(1.736.424)	(1.736.424)	(1.316.094)
SOBRAS LÍQUIDAS APÓS JUROS S/ CAPITAL PRÓPRIO	997.077	3.495.445	1.302.613

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 E 31/12/2016 (em R\$)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE SOBRAS		SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
		LEGAL	ESTATUTÁRIAS		
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/01/2016	20.847.801	3.340.186	542.655	542.655	25.273.297
AUMENTOS DE CAPITAL:					
- Por Incorporação de Sobras (2015)	542.655			(542.655)	0
- Por Incorporação de Reservas	542.655		(542.655)		0
- Por Integralizações	649.901				649.901
- Por Pagamento de Juros ao capital	1.258.913				(1.258.913)
OUTROS EVENTOS:					
- Restituições de Capital	(594.923)	11.385			(583.538)
SOBRAS DO EXERCÍCIO				1.302.613	1.302.613
- Despesas ressarcidas pelo FATES				511.833	511.833
- Resultado com não associado - FATES				(61.312)	(61.312)
- Resultado não operacional - Fundo de Reserva		14.903		(14.903)	0
DESTINAÇÕES:					
- Fates				(260.734)	(260.734)
- Reserva Legal		695.293		(695.293)	0
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			434.558	(434.558)	0
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/2016	23.247.002	4.061.767	434.558	347.646	28.090.973
MUTAÇÕES NO PERÍODO	2.399.201	721.581	(108.097)	(195.009)	2.817.676
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/01/2017	23.247.002	4.061.767	434.558	347.646	28.090.973
AUMENTOS DE CAPITAL:					
- Por Incorporação de Sobras (2016)	347.646			(347.646)	0
- Por Incorporação de Reservas	434.558		(434.558)		0
- Por Integralizações	572.873				572.873
- Por Pagamento de Juros ao capital	1.644.875				1.644.875
OUTROS EVENTOS:					
- Restituições de Capital	(708.724)				(708.724)
SOBRAS DO EXERCÍCIO				3.495.445	3.495.445
- Despesas ressarcidas pelo FATES				315.841	315.841
- Resultado com não associados - FATES				(70.815)	(70.815)
DESTINAÇÕES:					
- Fates				(561.071)	(561.071)
- Reserva Legal		1.870.235		(1.870.235)	0
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			561.071	(561.071)	0
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/2017	25.538.230	5.932.002	561.071	748.094	32.779.397
MUTAÇÕES NO PERÍODO	2.291.228	1.870.235	126.513	400.448	4.688.424
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/07/2017	23.707.066	4.061.767	0	2.498.368	30.267.201
AUMENTOS DE CAPITAL:					
- Por Integralizações	262.823				262.823
- Por Pagamento de Juros ao Capital	1.644.875				1.644.875
OUTROS EVENTOS:					
- Restituições de Capital	(76.534)				(76.534)
SOBRAS DO SEMESTRE				997.077	997.077
- Despesas ressarcidas pelo FATES				315.841	315.841
- Resultado com não associados - FATES				(70.815)	(70.815)
DESTINAÇÕES:					
- Fates				(561.071)	(561.071)
- Reserva Legal		1.870.235		(1.870.235)	0
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			561.071	(561.071)	0
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/2017	25.538.230	5.932.002	561.071	748.094	32.779.397
MUTAÇÕES NO PERÍODO	1.831.164	1.870.235	561.071	(1.750.274)	2.512.196

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/ 2017 E 31/12/2016 (em R\$)

DESCRIÇÃO	2º Semestre/2017	2017	2016
Atividades Operacionais			
Sobras do Semestre/Exercício antes dos Impostos e após Juros ao Capital	1.009.543	3.540.912	1.339.026
Provisão para Operações de Crédito	1.579.104	3.247.671	3.564.500
Depreciações e Amortizações	66.825	120.934	56.244
	2.655.472	6.909.517	4.959.770
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito	(9.168.272)	(12.550.089)	(12.792.413)
Outros Créditos	934.328	370.509	(555.246)
Outros Valores e Bens	54.038	(5.469)	(377)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	4.143.363	9.178.527	(447.836)
Depósitos sob Aviso	(59.478)	(113.365)	(207.644)
Depósitos a Prazo	(386.209)	5.246.910	5.254.615
Outras Obrigações	364.153	769.353	(1.638)
Relações Interdependências	650.015	(121.359)	159.415
Obrigações por Empréstimos e Repasses	0	0	(98.496)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(12.466)	(45.467)	(36.412)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(825.056)	9.639.067	(3.766.262)
Atividades de Investimentos			
Alienação de Imobilizações de Uso	0	0	32.831
Aquisição de Imobilizado de Uso	(994.445)	(1.356.102)	(10.814)
Aquisição de investimentos	(392.406)	(874.926)	(851.460)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(1.386.851)	(2.231.028)	(829.443)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	262.823	572.873	649.901
Devolução de Capital à Cooperados	(76.534)	(708.724)	(583.538)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(70.815)	(70.815)	(61.312)
FATES Sobras Exercício	(561.071)	(561.071)	(260.734)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	13.672	13.672	13.001
Incorporação de Juros ao Capital (líquido do IRRF)	1.644.875	1.644.875	1.258.913
Reversão de despesas ressarcidas pelo FATES	315.841	315.841	511.833
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	1.528.791	1.206.651	1.528.064
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	(683.116)	8.614.690	(3.067.641)
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	36.476.385	27.178.578	30.246.219
No Fim do Período	35.793.269	35.793.268	27.178.578
Variação Líquida das Disponibilidades	(683.116)	8.614.690	(3.067.641)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE GOIÁS LTDA - SICOOB CREDIJUR - é uma Cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **22/04/1997**, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda - SICOOB GOIÁS CENTRAL e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras Cooperativas singulares e Centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução do CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento das Cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDIJUR possui um (01) Posto de Atendimento (PA) na seguinte localidade: Avenida Olinda nº 960, Lozandes Shopping, térreo, Parque Lozandes, Goiânia - Goiás.

O SICOOB CREDIJUR tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- a. Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- b. A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito;
- c. Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços financeiros, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas

aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 20/03/2018.

Por aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução do CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução do CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução do CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução do CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução do CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; - Resolução do CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução do CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução do CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados resolução CMN nº 4.424/2015.

Para melhor compreensão, as demonstrações estão expressas em unidades de real, padrão monetário vigente, desprezadas as frações de centavos.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b. Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar pequenas variações em relação às estimativas utilizadas.

c. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d. Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e. Provisão para Operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções do CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f. Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g. Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB GOIÁS CENTRAL e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h. Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j. Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k. Demais Ativos e Passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l. Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m. Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n. Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, os quais a Cooperativa tem por diretriz.

o. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

p. Segregação em Circulante e não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q. Valor Recuperável de Ativos *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em **31 de dezembro de 2017** não existe indício da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r. Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

NOTA 4 - DISPONIBILIDADES

São recursos financeiros em moeda corrente nacional, que se encontram à disposição imediata.

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	541.541	450.136
Caixa	541.541	450.136

NOTA 5 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira - Cooperativas	35.251.727	26.728.442
TOTAL	35.251.727	26.728.442

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB GOIÁS CENTRAL conforme determinado no art. 24, da Resolução do CMN nº 4.434/2015.

NOTA 6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Composição da Carteira de Crédito por Modalidade

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		
Adiantamento a Depositante	237.594	157.937
Empréstimos	18.395.532	13.062.590
Títulos Descontados	6.289.764	4.844.418
Financiamentos	3.442.882	3.943.074

(Provisão p/ Perdas em Operações de Crédito)	(3.465.378)	(2.664.995)
Total Circulante	24.900.394	19.343.024
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos	18.312.431	13.990.568
Financiamentos	3.242.546	3.594.290
(Provisão p/ Perdas em Operações de Crédito)	(1.850.125)	(1.625.052)
Total Não Circulante	19.704.852	15.959.806
TOTAL GERAL	44.605.246	35.302.830

b. Composição por Tipo de Operação e Classificação por Nível de Risco de Acordo com a Resolução do CMN nº 2.682/1999

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA	-	Normal	395.030	0	0	395.030	0	1.501.352	0
A	0,5%	Normal	6.185.979	81.300	1.295.737	7.563.016	(37.815)	11.194.964	(55.975)
B	1%	Normal	14.854.916	225.129	1.433.386	16.513.431	(165.134)	10.976.022	(109.760)
B	1%	Vencidas	43.668	293	7.026	50.987	(509)	242.325	(2.423)
C	3%	Normal	11.091.560	546.308	2.565.164	14.203.032	(426.090)	7.050.518	(211.515)
C	3%	Vencidas	882.054	2.734	321.674	1.206.462	(36.194)	934.181	(28.025)
D	10%	Normal	1.611.854	395.283	443.942	2.451.079	(245.108)	1.878.070	(187.807)
D	10%	Vencidas	799.940	20.702	78.380	899.022	(89.902)	469.760	(46.976)
E	30%	Normal	372.742	75.212	37.929	485.883	(145.765)	1.064.306	(319.292)
E	30%	Vencidas	1.077.315	10.818	257.298	1.345.431	(403.630)	266.944	(80.083)
F	50%	Normal	429.800	57.508	13.444	500.752	(250.376)	554.226	(277.113)
F	50%	Vencidas	1.162.074	11.645	122.252	1.295.971	(647.987)	164.654	(82.326)
G	70%	Normal	30.864	10.008	0	40.872	(28.610)	348.952	(244.267)
G	70%	Vencidas	419.207	1.854	16.938	437.999	(306.601)	1.006.991	(704.873)

H	100%	Normal	604.921	128.805	56.122	789.848	(789.848)	292.437	(292.437)
H	100%	Vencidas	1.577.074	128.724	36.136	1.741.934	(1.741.934)	1.647.175	(1.647.175)
Total Normal			35.577.666	1.519.553	5.845.724	42.942.943	(2.088.746)	34.860.847	(1.698.166)
Total Vencidos			5.961.332	176.770	839.704	6.977.806	(3.226.757)	4.732.030	(2.591.881)
Total Geral			41.538.998	1.696.323	6.685.428	49.920.749	(5.315.503)	39.592.877	(4.290.047)
Provisões			(4.508.302)	(386.949)	(420.252)	(5.315.503)		(4.290.047)	
Total Líquido			37.030.696	1.309.374	6.265.176	44.605.246		35.302.830	

c. Composição da Carteira de Crédito por Faixa de Vencimento

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	9.236.555	9.396.571	18.312.431	36.945.557
Financiamentos	1.048.760	2.394.122	3.242.546	6.685.428
Títulos Descontados	4.681.328	1.608.436	0	6.289.764
TOTAL	14.966.643	13.399.129	21.544.977	49.920.749

d. Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Produto, Cliente e Atividade Econômica

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	454	0	0	454	0%
Setor Privado - Serviços	340.621	7.392.889	1.248.241	8.981.751	18%
Pessoa Física	1.355.248	30.143.304	5.041.523	36.540.075	73%
Outros	0	4.398.469	0	4.398.469	9%
TOTAL	1.696.323	41.934.662	6.289.764	49.920.749	100%

e. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de Operações de Crédito

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	4.290.047	1.387.509
Constituições/ (Reversões)	3.143.465	3.476.988
Transferência para prejuízo	(2.118.009)	(574.450)
Saldo final	5.315.503	4.290.047

f. Concentração dos Principais Devedores

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	4.088.096	8,00%	3.843.289	10,00%
10 Maiores Devedores	11.479.438	23,00%	8.693.529	22,00%
50 Maiores Devedores	23.832.391	47,00%	18.946.917	48,00%

g. Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no Início do Período	789.303	407.123
Valor das operações recuperadas no período	(852.912)	(192.270)
Valor das operações transferidas no período	2.118.009	574.450
Saldo no Final do Período	2.054.400	789.303

h. Operações Renegociadas

Durante o exercício de 2017, a Cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores. Apresentando em 31/12/2017, o saldo contábil de R\$ 6.027.365 de operações com a referida característica.

NOTA 7 - OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honrados (a)	210.745	106.881
Rendas a Receber (b)	13.469	12.123
Diversos (c)	133.839	564.205
(-) Provisões para Outros Créditos (a)	(135.073)	(89.720)
TOTAL	222.980	593.489

a. Avais e Fianças Honrados

Crédito decorrente de coobrigações honradas de operações com Cartões de Crédito, cuja cessão é realizada após 60 dias de inadimplência.

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução do CMN nº 2.682/1999.

b. Rendas a Receber

O saldo de R\$ 13.469, refere-se a rendas a receber inerentes ao exercício de 2017, proveniente de tarifas de serviços prestados à concessionárias e outras empresas, como também de tarifas interbancárias.

c. Diversos

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento e Antecipações Salarias	2.434	4.293
Adiantamento para Despesas Diversas	3.937	2.330
Adiantamento por Conta de Imobilizações (I)	55.771	540.226
Títulos e Créditos a Receber	20.208	5.980
Devedores Diversos	51.489	11.376
TOTAL	133.839	564.205

I - O montante de R\$ 417.945, que corresponde a 50% do custo da aquisição do Data Center (Projeto Inova TI), ainda não finalizado, cuja utilização será compartilhada pelas cooperativas do Sicoob Goiás Central, estava registrado na rubrica de Adiantamento por Conta de Imobilizações em 31/12/2016 e teve o seu saldo transferido para a rubrica Imobilizações em curso (Nota 10), conforme determina o Manual de Normas do Sistema Financeiro - COSIF.

NOTA 8 - OUTROS VALORES E BENS

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Material em Estoque (I)	651	0
Prêmios de Seguros	14.360	9.729
Assinatura de Periódicos	411	224
TOTAL	15.422	9.953

I - Material em Estoque

Registra o valor decorrente de estoque de cartões provisórios, o qual tem o saldo baixado de acordo com a utilização.

NOTA 9 - INVESTIMENTOS

O saldo é representado por quotas do SICOOB GOIÁS CENTRAL e pelas ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	4.340.416	3.948.010
Participações instituição financeira controlada cooperativa de crédito	4.026.819	3.544.299
TOTAL	8.367.235	7.492.309

NOTA 10 - IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo valor de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	835.891	0	-
Terrenos	160.000	160.000	-
Edificações	249.995	249.995	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(152.891)	(142.891)	-
Instalações	199.645	0	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(39.929)	0	-
Móveis e equipamentos de Uso	391.411	274.796	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(216.193)	(209.978)	-
Sistema de Comunicação	16.255	21.121	20%
Sistema de Processamento de Dados	314.720	212.903	10%
Sistema de Segurança	21.615	19.690	10%
Sistema de Transporte	15.398	15.398	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(166.140)	(210.426)	-
TOTAL	1.629.777	390.608	

O Imobilizado em Curso, no montante de R\$ 835.891, refere-se à aquisição de Data Center (Projeto Inova TI). O saldo existente em 31 de dezembro de 2016 foi reclassificado do grupo contábil “Outros Créditos” para o grupo “Imobilizado de Uso” em 2017 (Nota 7, letra “c”).

A imobilização em curso citada, será alocada em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passará e são depreciada.

NOTA 11 - ATIVO INTANGÍVEL - DIREITO DE USO

Corresponde ao direito adquirido que tenha por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercícios com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Direitos de Uso	40.000	40.000
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(34.333)	(30.333)
TOTAL	5.667	9.667

O montante de R\$ 40.000 compreende a aquisição de licença de uso do software - Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, conforme deliberação do Conselho de Administração do SICOOB GOIÁS CENTRAL, em conjunto com suas filiadas, em reunião realizada em 29/01/2009 e são amortizado à taxa anual de 10%.

NOTA 12 - DEPÓSITOS

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominados depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do titular dos recursos usá-los conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	18.408.149	9.229.622
Depósito Sob Aviso	891.378	1.004.743
Depósito a Prazo	35.582.638	30.335.728
TOTAL	54.882.165	40.570.093

Os depósitos até o limite de R\$ 250 mil, por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regido por Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução do CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as Cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a. Concentração dos Principais Depositantes

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	2.538.960	5,00%	2.213.704	5,00%
10 Maiores Depositantes	13.473.169	25,00%	11.524.734	28,00%
50 Maiores Depositantes	30.496.268	56,00%	24.658.760	61,00%

b. Despesas com Operações de Captação de Mercado

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(87.978)	(141.117)
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.083.481)	(3.483.946)
TOTAL	(3.171.459)	(3.625.063)

NOTA 13 - RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ordens de Pagamento	650.045	771.404
TOTAL	650.045	771.404

Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

NOTA 14 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	41.341	5.180
Sociais e Estatutárias	1.085.430	591.756
Fiscais e Previdenciárias	220.665	201.638
Diversas	980.552	746.390
TOTAL	2.327.988	1.544.964

a. Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para Participações nos Lucros	240.000	62.500
Resultado de Atos com Associados (I)	594.738	288.197
Resultado de Atos com Não Associados (I)	70.815	61.313
Cotas de Capital a Pagar (II)	179.877	179.746
TOTAL	1.085.430	591.756

I - FATES

O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos (R\$ 70.815) e 15% das sobras líquidas do ato cooperativo (R\$ 594.738), conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006. O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para os quais se destina, conforme a lei nº 5.764/1971.

FATES	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no Início do Período	349.510	539.296
Utilização no Período	(315.843)	(511.833)
Destinação Conforme Estatuto Social	561.071	260.734
Destinação de Resultado com Não Associados	70.815	61.313
Saldo no Final do Período	655.553	349.510

II - Cotas de Capital a Pagar

Refere-se às cotas de capital a devolver a associados desligados.

b. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Provisão p/ Impostos e Contribuições S/ Serviços Terceiros	8.316	4.684
Impostos e Contribuições a Recolher S/ Salários	112.789	112.478
Outros	99.560	84.476
Total	220.665	201.638

O valor alocado na rubrica “Outros” no montante de R\$ 99.560, corresponde a obrigações a recolher com IRRF retido sobre rendimentos de aplicações financeiras e juros pagos ao

capital social, nos respectivos valores de R\$ 19.770 e 77.882. Compõem o saldo ainda, os valores de R\$ 266 e R\$ 1.642, relativos a contribuições respectivamente, para o PIS e COFINS a recolher, sobre resultado com atos não cooperativos.

c. Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Salários e Vencimentos (I)	14.355	19.756
Provisão p/ Pagamento de Despesas com Pessoal (II)	312.069	267.571
Provisão p/ Pagamento de Outras Despesas Administrativas (II)	53.200	29.255
Provisão para Garantias Prestadas (III)	200.930	71.666
Credores Diversos	399.998	358.142
TOTAL	980.552	746.390

- I. Importância referente a valores a serem pagos, inerente a contrato de prestação de serviços de conta salário contratado com empresas associadas ao **SICOOB CREDIJUR**.
- II. Refere-se às provisões trabalhistas e respectivos encargos e à provisão para pagamentos de despesas administrativas do exercício de 2017, a serem pagas em 2018.
- III. Provisão constituída para fazer face a possíveis perdas em operações de coobrigações concedidas pela cooperativa a seus associados, apurada com base na avaliação de risco dos Cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução do CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2017, o **SICOOB CREDIJUR** é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, montante de R\$ 4.259.869 (R\$ 2.384.457 em 31/12/2016) referentes a aval prestado em diversas operações de crédito e de cartões de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. Até 31 de dezembro de 2016, esta provisão vinha sendo contabilizada na rubrica 4.9.9.35.00-2 - "Provisão para contingências", tendo sido reclassificada para a conta 4.9.9.45.00-9 a partir de janeiro de 2017, conforme determina o § 3º, do artigo 6º, da Resolução do CMN nº 4.512/2016.
- IV. Rubrica composta pelas contas a baixo relacionadas, que representam obrigações do **SICOOB CREDIJUR** para com terceiros e para com seus associados.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Pendências a Regularizar	12.697	12.248
Sobras de Caixa	320	186
Pagamentos a Processar/Fornecedores	315.795	294.130
Pendências a Regularizar Bancoob	28.840	23.570
Cheques Descontados Depositados	17.965	2.008
Saldo Credores Encerramento Contas Correntes	1.381	0
Cooperativa Central	23.000	26.000
TOTAL	399.998	358.142

NOTA 15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O **SICOOB CREDIJUR** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Advogados de Goiás Ltda - **SICOOB CREDIJUR** está assim representado:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	25.538.230	23.247.002
Capital subscrito	25.651.928	23.364.022
Capital a realizar	(113.698)	(117.020)
Fundo de Reserva	5.932.002	4.061.767
Fundo p/ Aumento de Capital	561.070	434.558
Sobras/Perdas Acumuladas	748.094	347.646
Total (PL)	32.779.397	28.090.973

a. Capital Social

- I. O Capital Social de R\$ 25.538.230 é constituído por cotas no valor unitário de R\$ 1,00, representa a integralização de 2.468 associados.
- II. Por deliberação da Assembleia Geral de 07/04/2017, as sobras líquidas a disposição da Assembleia do exercício de 2016 no montante de R\$ 347.646, foram incorporadas ao capital social, juntamente com o valor de R\$ 434.558, destinado ao Fundo para Aumento de Capital.
- III. Nas deliberações assembleares, o voto é pessoal e intransferível dispondo cada associado de um (01) voto, independentemente da quantidade de cotas de que seja titular.

b. Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e para atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.

c. Fundo para Aumento de Capital

Reserva constituída por determinação do estatuto social, no percentual de 15% das sobras líquidas ajustadas a ser destinada ao Capital Social após decisão da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

d. Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

e. Destinações Estatutárias e Legais

As sobras líquidas no final dos exercícios tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2017	2016
Resultado do Exercício	5.231.870	2.618.707
Ajustes:		
Adições:		
Reversão despesas ressarcíveis pelo FATES	315.842	511.833
= Total Sobras	5.547.712	3.130.540
Deduções:		
(-) Lucro Líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(70.815)	(61.313)
(-) Rendas não operacionais (transf. para o Fundo de Reserva)	(0)	(14.903)
(-) Juros pagos ao capital	(1.736.424)	(1.316.094)
= Resultado Ajustado	3.740.473	1.738.230
Destinações Estatutárias:		
(-) Fundo de Reserva (50%)	(1.870.237)	(695.292)
(-) Fundo para Aumento de Capital (15%)	(561.071)	(434.558)
(-) F.A.T.E.S (Fundo de Assist. Técnica Educacional e Social) (15%)	(561.071)	(260.734)
Sobras Líquidas (20%)	748.094	347.646

Conforme deliberado na 31ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07/04/2017, foram alterados os percentuais de destinação das sobras anuais, sendo definidos os seguintes valores: Fundo de Reserva de 40% para 50%; Fundo para aumento de capital de 25% para 15%, os quais foram aplicados nas destinações das sobras do exercício de 2017.

NOTA 17 - PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL

Conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária de 07/04/2017, foram pagos juros ao capital social na proporção de 75% da variação diária da taxa referencial do Sistema Especial

de Liquidação e de Custodia (SELIC) em consonância com Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, totalizando o montante de R\$ 1.736.424, apresentando rendimento aproximado de 0,57% (am) no período. Sendo este valor, após a dedução do imposto de renda na fonte, incorporado diretamente ao capital social na proporção devida a cada cooperado.

A referida provisão foi apurada na Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, conforme Circular do BACEN nº 2.739/1997.

NOTA 18 - INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Descrição	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	151.444	158.263
Rendas de Empréstimos	8.706.967	6.318.707
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.358.279	1.632.753
Rendas de Financiamentos	1.705.895	1.689.593
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.070.925	190.645
TOTAL	13.993.510	9.989.961

NOTA 19 - OUTROS INGRESSOS/RENDAS OPERACIONAIS

Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	29.023	13.063
Rendas de Créditos Específicos	0	13.391
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	892	26
Dividendos	482.511	404.091
Distribuição de Sobras da Central	41.193	0
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	3.129.104	4.119.668
Outras Rendas Operacionais	408.833	488.282
TOTAL	4.091.556	4.999.521

NOTA 20 - OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2017	2016
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(199.069)	(90.479)
Despesas de Descontos Concedidos	(1.660)	0
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(9.607)	(7.793)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	(73.137)	(61.411)

Contribuição ao Fundo Ressarcimento Fraudes Externas	(3.503)	(687)
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Perdas Operacionais	0	(897)
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	(126.519)	(54.768)
Outras Despesas Operacionais	(13.628)	(22.685)
Provisão para Garantias Prestada	0	(55.236)
Garantias Financeiras Prestadas	(170.736)	0
TOTAL	(597.859)	(293.956)

NOTA 21 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	2017	2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	0	17.166
Outras Rendas não Operacionais	0	4.750
Resultado Líquido	0	21.916

NOTA 22 - PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	20.406	0,02%	1
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	96.111	0,09%	231
TOTAL	116.517	0,11%	232
Montante das Operações Passivas	300.850	0,59%	

Operações ativas e passivas - saldo em 2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimos	25.242	211	0%
Financiamentos	60.528	478	1%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	107.784	0,59%	0%
Depósitos a Prazo	919.419	2,52%	0,49%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	2,46% a.m.	1,20% a 2,98% a.m.
Financiamentos	1,44% a.m.	1,18% a 3,29% a.m.
Aplicação Financeira - Pós Fixada	90,42% CDI	95% a 98% CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
Empréstimos e Financiamentos	0,12%

No exercício de 2017 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e cédulas de presença, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	(386.775)
Cédulas de Presença	(158.670)

NOTA 23 - COOPERATIVA CENTRAL

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE GOIÁS LTDA - SICOOB CREDIJUR, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB GOIÁS CENTRAL, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum e maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB GOIÁS CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIJUR responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB GOIÁS CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB GOIÁS CENTRAL:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Centralização Financeira	35.251.727	26.728.442
Investimentos	4.340.416	3.948.010

Os auditores independentes responsáveis pelo exame das demonstrações contábeis do SICOOB GOIÁS CENTRAL, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, emitiram relatório de auditoria datado de 15 de fevereiro de 2018, com o opinião sem modificação sobre estas demonstrações contábeis.

NOTA 24 - GERENCIAMENTO DE RISCO

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução do CMN nº 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções do CMN nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução do CMN nº 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

24.1 - Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do SICOOB.

O processo do gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução do CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

24.2 - Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB CREDIJUR** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções do CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução do CMN 3.464/2007, e o artigo 8 da Resolução do CMN 4.090/2012, o **SICOOB CREDIJUR** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S/A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos risco de mercado e de liquidez, o **SICOOB CREDIJUR** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

24.3 - Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB CREDIJUR** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução do CMN 3.721/2009, o **SICOOB CREDIJUR** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no Sicoob Confederação, desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S/A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das Cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB CREDIJUR** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

24.4 - Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB CREDIJUR** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução do CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução do CMN 3.988/2011, **SICOOB CREDIJUR** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB Ltda. (Sicoob Confederação) a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- a. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;

- b. Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB;
- c. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

NOTA 25 - SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADOS

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

NOTA 26 - ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução do CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, o **SICOOB CREDIJUR** de acordo com a Resolução nº 3.897 de 25/08/2010 do Conselho Monetário Nacional, optou pelo Regime Prudencial Simplificado (RPS) sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

I - Limite de Imobilização

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Limite de Imobilização	15.070.282	12.703.218
Situação Apurada	1.635.444	400.275
Margem	13.434.838	12.302.942
Índice de Imobilização	5,43%	1,58%

II - Compatibilidade do PR com o Grau de Risco dos Ativos, Passivos e Compensação

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Ponderado pelo Risco (RWA)	58.543.051	44.528.744
PR Mínimo para o RWA	6.147.020	4.675.518
Patrimônio de Referência Apurado	30.140.564	25.406.436
Margem de Capital Principal	23.993.544	20.730.918
Índice Basileia	51,48%	57,06%

NOTA 27 - PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a Cooperativa é parte envolvida. De acordo com a assessoria jurídica do **SICOOB CREDIJUR**, não existe processos judiciais nos quais a Cooperativa figura no polo passivo.


Goiânia-GO, 31 de dezembro de 2017.




Felicíssimo Sena
Presidente



Érico Rafael Fleury de Campos Curado
1º Vice-Presidente



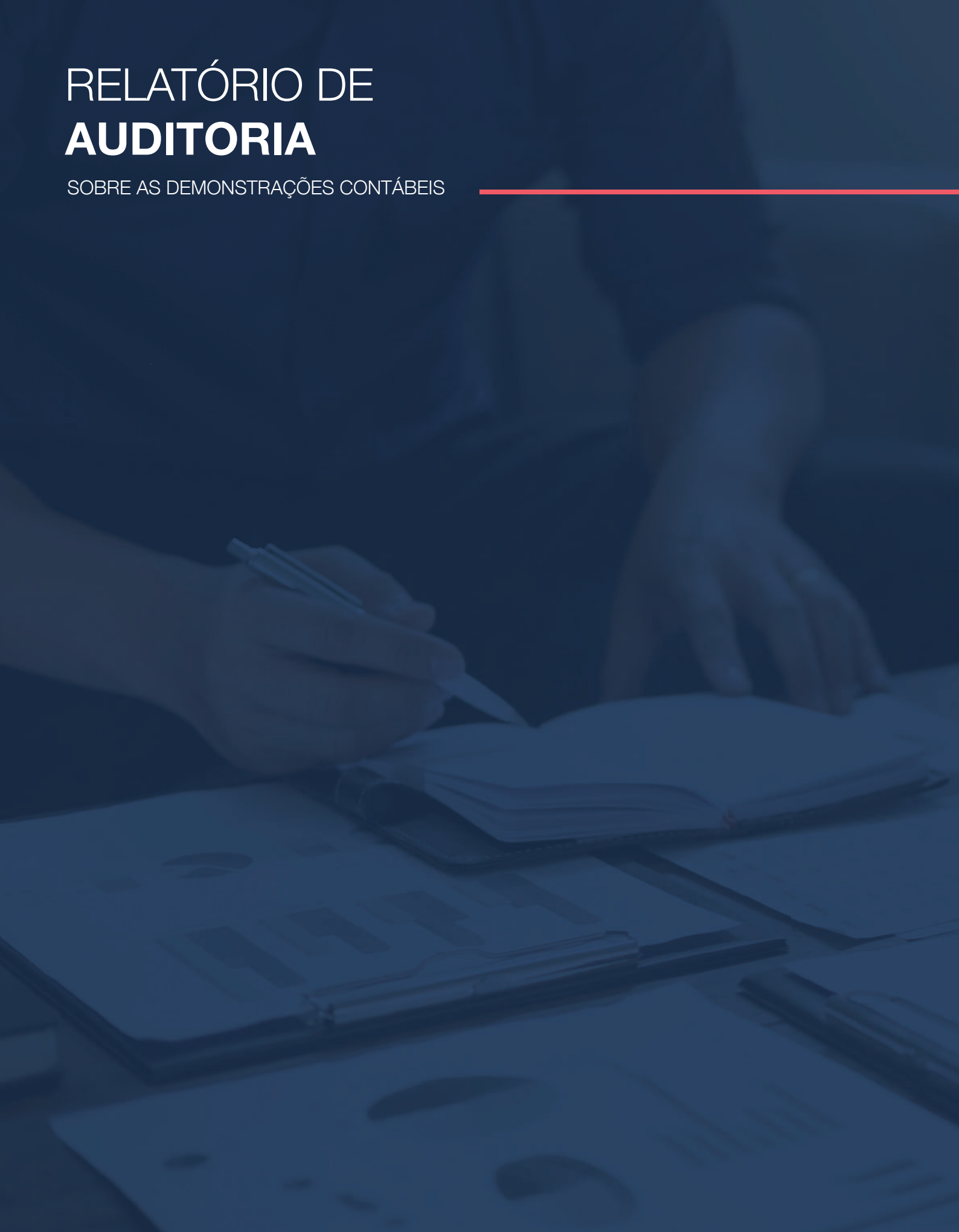
João Bezerra Cavalcante
2º Vice-Presidente



Roberto Gomes da Silva
Contador CRC-GO 12.060

RELATÓRIO DE **AUDITORIA**

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



RELATÓRIO DE AUDITORIA

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Advogados de Goiás Ltda - SICOOB CREDIJUR Goiânia/GO

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Advogados de Goiás Ltda - **SICOOB CREDIJUR**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **SICOOB CREDIJUR** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTROS ASSUNTOS

As demonstrações contábeis do **SICOOB CREDIJUR** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 6 de março de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver

RELATÓRIO DE AUDITORIA

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 20 de março de 2018.



Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727

PARECER DO **CONSELHO FISCAL**

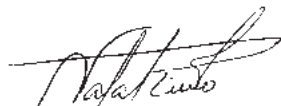


PARECER

DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Advogados de Goiás Ltda - **SICOOB CREDIJUR**, no cumprimento de suas atribuições, após examinar o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, e ainda, com base nas apreciações e análises periódicas do próprio Conselho e considerando o Parecer da Auditoria Externa, elaborado pela CNAC - Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, constatou não haver qualquer conflito com a realidade contida nas demonstrações analisadas. Diante disto, concluiu este Conselho Fiscal, à unanimidade, que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Advogados de Goiás Ltda - **SICOOB CREDIJUR**, opinando pela aprovação das contas relativas ao exercício de 2017, sem ressalva.

Goiânia-GO, 28 de março de 2018.



Natal Rodrigues Pinto
Coordenador



Antônio Leite Pereira
Conselheiro



Luiz Antônio da Cunha Cerqueira
Conselheiro



Vigilato Porto Silvério
Conselheiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Advogados de Goiás Ltda SICOOB CREDIJUR

CNPJ: 02.480.577-0001-73

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Advogados de Goiás Ltda - **SICOOB CREDIJUR**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 63 do Estatuto Social, convoca os associados que nesta data somam **2.618** (dois mil, seiscentos e dezoito), em condições de votar, para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA**, a ser realizada no dia **20 de abril de 2018**, no **Brinkaboom Buffet Infantil Unidade Spazio** (antigo Le Petit), localizado na **Avenida Assis Chateaubriand nº 71, Quadra F-17A, Lote 9E - Setor Sul, CEP: 74080-153**, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, às **17:00 (dezesete)** horas em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, ou em segunda convocação às **18:00 (dezoito)** horas, com metade mais um dos associados, ou em terceira e última convocação às **19:00 (dezenove)** horas, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:

1 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

- I - Reforma do Estatuto Social, visando alterar os artigos 10, 52, 66, 68, 71, 72, 73, 74, 86 e 101.


2 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

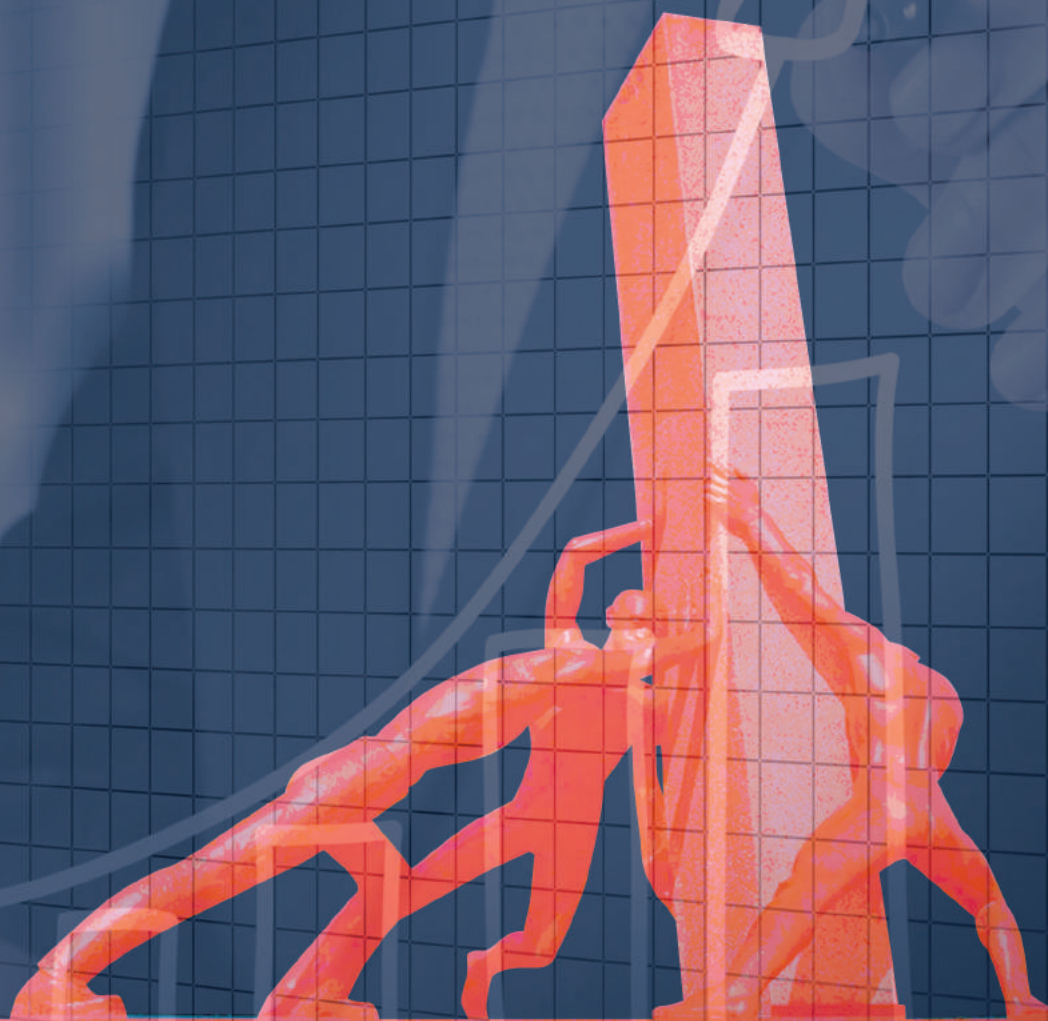
- I - Prestação de contas do órgão de administração do exercício de 2017, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
 - a - relatório da gestão;
 - b - balanços elaborados no primeiro e no segundo semestre do exercício social de 2017;
 - c - parecer da auditoria;
 - d - demonstrativo das sobras apuradas no exercício de 2017.
- II - Estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras, com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício de 2017, observado o disposto no artigo 27 do inciso I do Estatuto Social;
- III - Destinação das sobras apuradas no exercício de 2017, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios;
- IV - Destinação do uso do FATES apurado no exercício de 2017, aplicável em 2018;
- V - Fixação do valor dos honorários e das cédulas de presença dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- VI - Fixação de valor global para pagamento dos honorários, das gratificações, da remuneração variável em razão do cumprimento de metas e dos encargos sociais, aplicáveis aos membros da Diretoria Executiva;
- VII - Deliberação da Política Institucional de Controle Interno e Conformidade - RCMN 4.595/2017;
- VIII - Plano de atividades para o exercício de 2018.

OBSERVAÇÃO:

- I - A referida Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizar-se-á em local diverso da sede do **SICOOB CREDIJUR** por absoluta falta de espaço físico na mesma.

Goiânia-GO, 04 de abril de 2018.


Felício José de Sena
Presidente




SICOOB CREDIJUR


SEDE

Rua 101 nº188, Setor Sul, Goiânia - GO
CEP: 74080-150. Telefone: (62) 3216 0102

AGÊNCIA SANTO IVO

Av. Olinda nº 960, Lozandes Shopping, térreo, Parque Lozandes, Goiânia - GO
CEP: 74884-120. Telefone: (62) 3216 0150

 credijur.com.br

 [sicoobcredijur](https://www.facebook.com/sicoobcredijur)

 [sicoobcredijur](https://www.instagram.com/sicoobcredijur)